



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6860

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Data: 09/10/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 285/2007. Concede o título declaratório de utilidade pública à entidade denominada "Redes de Solidariedade para a Educação - RESOL". (Referente à Lei nº 3.822, de 23/10/2007).

Controle Interno – Caixa: 25.7 **Posição:** 21 **Número de folhas:** 06

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
CX: 25.7
Ordem: 21
nº fls: 26



137/2007

16.10.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 285 /2007

AUTOR:

Ver. Coriolando da Soledade R. Afonso (Cori)

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a RESOL –
Redes de Solidariedade para a Educação.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - **Entrada em – 09/10/2007**
- 3 - **Comissão de Legislação e Justiça**
- 4 - *A NOVARO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 5 - *E m. 16.10 - 2007*
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso - CORI

PROJETO DE LEI Nº. 285 DE 2007.

“CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”.

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e eu, Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:


Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **“RESOL – REDES DE SOLIDARIEDADE PARA A EDUCAÇÃO”**, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.560.880/0001-08 com sede à Rua Martiliano, 330, B. Santa Rafaela, neste Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal, 08 de Outubro de 2007.


Coriolando da S. Ribeiro Afonso – CORI.
VEREADOR

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
08/10/2007	
HORA: 9h11	
ASS: 	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 09 DE OUTUBRO DE 2007

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DELIBERAÇÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 16 DE OUTUBRO DE 2007

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 285/2007 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a RESOL – Redes de Solidariedade para a Educação”, de autoria do Vereador Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 10 de outubro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 285/2007

AUTOR: Ver. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à RESOL- Rede de Solidariedade para a Educação.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 09/10/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 10/10/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto, em estudo, tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal a RESOL- Rede de Solidariedade para a Educação.

A entidade, a ser declarada como de utilidade pública, tem sede na Rua Martiliano, 330, Bairro Santa Rafaela, e conforme o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica tem como atividade principal a defesa de direitos sociais e como secundária atividade ligada à cultura e a arte. Mantém o “Projeto Aquarela” que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento integral da criança e do adolescente que são expostos a meios hostis, desintegrações familiares e sujeitos a maus tratos.

Como foi juntada a documentação exigida e não há vício de iniciativa, esta Comissão entende que a referida proposição não fere normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia –Presidente:

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice- Presidente:

Ver. Heráclides Gonçalves Filho – Relator:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 17 de outubro de 2.007.

Ofício : ATL Nº 338 / 2007

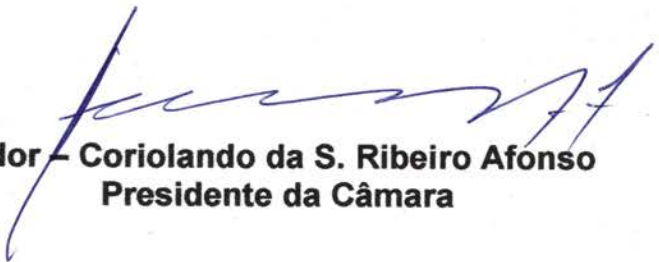
Assunto : Encaminha Projetos para Sanção

Serviço : Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e de conformidade com o que preceitua o Inciso X, Art. 37 da Constituição Federal e o Art. 54, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, estamos encaminhando a V.Ex^a. para sanção e publicação, as seguintes Proposições: **PROJETO DE LEI QUE CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A RESOL - REDES DE SOLIDARIEDADE PARA A EDUCAÇÃO e o PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO ANEXO II - METAS FISCAIS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2.008.**

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Ex^a. votos de estima e apreço.


Vereador - Coriolando da S. Ribeiro Afonso
Presidente da Câmara

Excelentíssimo Senhor
Dr. Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal
MONTES CLAROS - MG